

RESENHA

HALL, Jonathan M. *A History of the Archaic Greek World ca. 1200-479 BCE*. (Blackwell History of the Ancient World). Malden: Blackwell Publishing. 2007. 321 p. ISBN 978-0-631-22667-3

*Juliana Caldeira Monzani*¹

A obra é, antes de tudo, uma discussão de método e, embora trate do Arcaico, não se pretende uma síntese do período. A grande questão do livro é: como estudar um período para qual boa parte da documentação escrita é posterior. Apresenta-se em 12 capítulos e dois excursos, possui mapas, figuras e trechos de fontes, bem como uma linha do tempo.

No prefácio o autor deixa claro que não se trata de uma revisão da história grega, mas de uma discussão dos métodos da história para um período para o qual não é possível a narrativa. A influência vem de Purcell, para quem a história não é uma sequência de acontecimentos, e de Snodgrass, pioneiro na síntese entre história antiga e arqueologia.

No primeiro capítulo, “The Practice of History”, Hall, a partir da descrição da Guerra Lelantina, afirma que os historiadores combinam fragmentos de vários autores com dados arqueológicos e que quase nenhum registro escrito é contemporâneo, e desconstrói a narrativa da guerra. Segundo o autor é preciso lidar com as fontes com cuidado, em especial com aquelas que não são contemporâneas, e deve-se evitar a falácia positivista de equacionar os dados arqueológicos com acontecimentos históricos. Hall passa então a discutir que para Keith Jenkins o método deveria derivar não tanto da teoria mas sim da natureza das evidências. Desta feita, para o período Arcaico grego a pergunta fundamental não seria “o que aconteceu” mas sim “como sabemos o que (achamos) que aconteceu”. Uma das conclusões é que as evidências de que dispomos são insuficientes para a reconstrução de uma narrativa político-militar que pode ser escrita para períodos posteriores. A evidência do período é mais adequada para o estudo dos processos sociais, econômicos e culturais de longa duração através da combinação da literatura fragmentária e dos dados arqueológicos e epigráficos.

¹ Mestre em Ciências Arqueológicas (Arqueologia do Mediterrâneo Antigo) pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e membro do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo (LEIR-MA/USP).

No segundo capítulo, “Sources, Evidence, Dates”, há a discussão sobre as fontes. O autor afirma que apesar das fontes escritas serem privilegiadas, erra-se ao confundir fontes primárias (aquelas que são contemporâneas), fontes secundárias (escritas em períodos posteriores) e o que denomina fontes terciárias (sínteses de historiadores). Dentro desta classificação Heródoto, escrevendo 50 anos após as Guerras Médicas, deve ser considerado uma fonte secundária uma vez que ele deve ter utilizado outras fontes. Para o estudo de um período é preciso basear-se sobretudo nas fontes primárias. Para estabelecer a confiabilidade de uma fonte o autor apresenta três testes: 1. A proximidade temporal; 2. O enquadramento contextual; 3. A intenção do autor. Para o Arcaico grego a poesia lírica é a principal fonte e, com exceção de Píndaro, nenhuma obra completa sobreviveu. O que chegou até nós são fragmentos de cópias romanas e helenísticas preservadas em papiros no Egito e na citação em autores posteriores. É surpreendente que as obras mais completas sejam as mais antigas: os épicos de Homero e as obras de Hesíodo. É geralmente aceito que Homero precede Hesíodo, embora os autores antigos considerem este último como anterior. A data dos poemas não é mais considerada o século VIII a.C mas sim a metade do século VII a.C. e muitos estudiosos acreditam que a sua forma escrita date do século VI a.C. *Os Trabalhos e os dias* de Hesíodo, por sua descrição do mundo contemporâneo com propósitos morais e didáticos, é vista como a fonte mais importante dentre os documentos literários do Arcaico. Quanto à epigrafia, boa parte das inscrições não são totalmente legíveis e não tem datação absoluta. As moedas arcaicas duravam mais e têm pouca propaganda. Geralmente são datadas pelos objetos encontrados conjuntamente e fornecem informações importantes da autoimagem das cidades e sobre as redes de distribuição. Foi somente nas últimas décadas que a arqueologia passou a contribuir para o estudo do período uma vez que os problemas levantados pelo dados arqueológicos (padrões de assentamento, espaço público e privado, dieta, condições ambientais, trocas culturais e comerciais) não interessavam aos historiadores que tratavam a arqueologia como disciplina auxiliar. Para o período Arcaico a melhor datação é a fornecida pela arqueologia através das sequência estilística de objetos, sobretudo a cerâmica. Tal sistema não é tão exato quanto os historiadores gostariam pois cada fase cerâmica é de 25 anos.

No capítulo 3, “The End of the Mycenaean World and its Aftermath”, o autor sugere uma nova datação para o período Arcaico por considerar o surgimento da pólis no

século VIII a.C. como o final de um processo. Afirmando que algumas características atribuídas à chegada de novas populações (uso do ferro, cremação, novas fíbulas) podem ser atestadas no período Micênico, refuta a ideia de que os dórios destruíram os palácios micênicos, colocando sua chegada um século depois em acordo com as tradições literárias. O final da Civilização Micênica deve ser examinada dentro de um contexto maior de distúrbios no Mediterrâneo Oriental e levar em consideração que o que se chama de “destruições por volta de 1200 a.C.” trata-se na realidade de um período de 25 a 30 anos e não é tão simultâneo quanto possa parecer. Seria preciso examinar uma pluralidade de causas internas (luta de classes, seca, terremoto) e externas (invasões, desintegração da rede de contatos e comércio oriental) para se compreender melhor o final da Idade do Bronze na Grécia. A Idade Obscura deve ser estudada no sentido da compreensão das continuidades e rupturas entre a Idade do Bronze e os séculos VIII ao VI a.C.

O capítulo 4, “Communities of Place”, centra-se na pólis: sua definição, data e forma de surgimento. No período Clássico a palavra parece significar simultaneamente três coisas: centro urbano (*astu*); o território (*gê* ou *khora*); comunidade política no sentido aristotélico. Não designaria qualquer centro urbano, mas aqueles que serviam como o centro de uma comunidade política. Sendo tanto centro urbano quanto comunidade política, Hall acredita que a tradução de pólis como cidade-estado não seria tão inadequado quanto se tem afirmado. Tais conotações, no entanto, vêm dos textos dos séculos V e IV a.C. e não podemos ter certeza que os três significados tenham sua origem no período Arcaico. A evidência de edifícios públicos com funções administrativas são raros antes do século VI a.C. Dois podem ser os motivos: terem sido construídos em materiais perecíveis ou as comunidades do século VII a.C. não tinham complexidade suficiente para necessitar de edifícios específicos de administração (tais funções poderiam ser realizadas nas habitações de chefes locais como é atestado no sítio de Nichoria no século IX a.C.). Hall refuta as teorias mais correntes concluindo que a evidência de santuários, construção de templos e práticas rituais não se relaciona com o surgimento da pólis e que esta última seria um processo de longa duração iniciado na Idade Obscura. A pólis teria surgido primeiramente nos antigos centros micênicos em *ethnos* dispersos e que ainda estaria se desenvolvendo no século VI a.C.. As mais antigas póleis eram habitadas na Idade Obscura e podem ser um legado do sistema administrativo da Idade do Bronze.

A colonização é o tema do capítulo 5, “New Homes Across the Seas”. A distinção comum entre migração e colonização é que a migração teria ocorrido nos séculos conturbados após o colapso dos palácios micênicos e caracterizar-se-ia por movimentos populacionais desorganizados anteriores ao surgimento das comunidades políticas; a colonização seriam expedições além mar organizadas por cidades-Estado a partir do século VIII a.C. Tal distinção não é feita pelos autores antigos. Hall se pergunta até que ponto as tradições literárias sobre a colonização são mais confiáveis que as de migração. A diferença entre entrepostos (*emporium*) e colônias (*apoikai*) também não seria válida e dá como exemplo o entreposto de Pitecusai que extraía metal e era um assentamento de tamanho considerável com evidência de cemitérios familiares. A documentação sobre a colonização é do século V a.C. e os detalhes – nomes dos fundadores, datas e até a origem dos colonizadores – variam consideravelmente. Tais relatos podem representar o interesse de justificar a ordem presente através do passado e simplificaram um processo mais complexo da mesma forma que os relatos sobre as migrações. O fato, por exemplo, dos mais antigos relatos sobre Taras serem da mesma época dos primeiros esforços para estabelecer laços com Esparta é digno de nota. A explicação mais aceita para a colonização é a necessidade de terras devido ao crescimento demográfico do século VIII a.C. e as colônias teriam sido escolhidas por seu potencial agrícola. Entretanto não há indícios de superpopulação em Corinto, por exemplo, ao contrário da ilha de Egina que não possuía terras cultiváveis suficientes e só passa a empreender colonização a partir de 520 a.C. As primeiras colônias são as mais distantes e é interessante notar que se localizam em importantes rotas comerciais. A arqueologia aponta para um processo longo e gradual: os primeiros edifícios são do século VII a.C., mas a evidência cerâmica é atestada desde o século VIII a.C. e o material arqueológico não identifica um único grupo pois a variedade é muito grande. O quadro que se obtém é mais de um movimento populacional menos organizado e oficial no qual várias pessoas de diferentes lugares e por várias razões escolhiam novos locais de habitação, não muito diferente do processo migratório pós Civilização Micênica.

A discussão sobre a natureza do poder e o aparecimento da aristocracia aparece no capítulo 6, “The Changing Nature of Authority”. Com base nas definições de Estado de Hobbes e Max Weber, afirmou-se que a pólis grega seria uma sociedade sem Estado. O autor acredita, no entanto, que seja uma forma primitiva de Estado. Os historiadores

preferem entender *basileu* com o sentido antropológico de *big men*. O que podemos observar é que, assim como os *big men*, os heróis homéricos derivam sua autoridade de proezas guerreiras, banquetes, exibição de riqueza e generosidade baseadas na reciprocidade, sendo mais líderes locais que membros de uma aristocracia. Nos dados arqueológicos constatou-se a evidência do que foi caracterizado como assentamentos instáveis que possuíam uma forma de governo *big men* e foram abandonados no início do Arcaico, e assentamentos estáveis que foram continuamente ocupados. O que é mais discernível nos poemas homéricos é a evidência de uma sociedade estratificada. Observa-se na poesia Arcaica o aparecimento de uma terminologia associada à elite: bonito, bom e corajoso (*kaloi, agathoi e esthoi*) que se opõe a feio e covarde (*kakoi e deloi*). As primeiras leis apresentam uma preocupação intrínseca em restringir a duração da magistratura para evitar a tirania e parecem indicar o aparecimento de funcionários temporários em substituição aos chefes carismáticos. As elites do século VII a.C. combinaram em distribuir, compartilhar e alternar entre si os cargos do poder, excluindo os demais.

O excurso I, “A Cautionary Tale: Pheidon of Argos”, Fédon de Argos é usado como exemplo para demonstrar que nem sempre é uma questão de filtrar as informações menos confiáveis para chegar ao fato histórico porque toda fonte literária a respeito de Fédon tem problemas e, às vezes, é preciso aceitar que certas narrativas não são possíveis de serem reconstruídas.

Os hoplitas são tratados no capítulo 7, “Figthing for the Fatherland”, para demonstrar que, como para os demais fatos sobre o Arcaico, as fontes são do período Clássico. A decoração em vasos coríntios parece indicar que o armamento completo do hoplita e as táticas de guerra eram conhecidos por volta de 670-50 a.C., mas os dados arqueológicos demonstram que o aparato aparece por volta do século VIII a.C. A ideia de equacionar modos de combate e estruturas políticas é do século V a.C. e gerou uma abordagem que afirma que a emergência da guerra hoplítica é acompanhada do surgimento da pólis e de uma ideologia de igualitarismo: os membros da falange teriam os mesmos armamentos. No entanto não há evidências disto nem no período Clássico. Plutarco, por exemplo, afirma que os da primeira fila eram melhor equipados e melhor treinados que os demais. Não há evidência que os guerreiros das filas subsequentes substituíssem os primeiros quando estes eram atingidos; seu papel parece ser o de empurrar a primeira fila para frente

(aquilo que em grego é denominado *ôthismos*). Na literatura a evidência é de que os da primeira fila são de origem aristocrática pois são descritos como *agathoi* e *esthoi*. Os hoplitas das outras fileiras são denominados de *laos*, termo que as elites empregavam para designar os demais. Ao contrário de ser uma expressão de igualitarismo a falange hoplita expressaria as distinções hierárquicas que caracterizavam a sociedade arcaica.

A discussão sobre a democracia encontra-se no capítulo 8, “Defining the Political Community”. Com relação ao seu surgimento há três hipóteses: 1. seria uma invenção do século V a.C.; 2. seria anterior, do início do século VII a.C.; 3. seria simultâneo à emergência da pólis no século VIII a.C. No período Arcaico a maior parte dos governos é aristocrático e um dos erros mais recorrentes com relação ao estudo do período é a argumentação teleológica. Neste caso é preciso ter em mente que a democracia não é uma forma de governo difundida em toda Grécia. O termo *dēmokratia* é do século V a.C e não é sinônimo de igualitarismo. A participação política da população tem uma longa história no mundo grego, e para o *demos* poder emergir como força política era necessário, antes de tudo, defini-lo. Em Atenas as reformas de Sólon ajudaram a definir a comunidade política: todos os que nasciam de pais atenienses. Tal definição ajudou a criar a identidade do *demos* na medida em que o diferenciou dos escravos. Em Esparta o *demos* não se diferenciava das formas de trabalho não-livres.

O excurso II, “Evaluating the Spartan Mirage”, examina as generalizações sobre Esparta (assim como se fez sobre Atenas). Muito do que sabemos é devido a François Olivier (embora Hall não cite o autor) que cunhou o termo “miragem Espartana”, referindo-se a um discurso criado no século V a.C. e endossado por Esparta e que serviu para propósitos políticos, filosóficos e ideológicos. As fontes para Esparta no Arcaico foram tão distorcidas posteriormente pelo preconceito e idealização atenienses que praticamente não têm valor histórico. No entanto, tal miragem, ainda que distorcida, apontaria para peculiaridades sobre Esparta que foram, a partir do século V a.C. em diante, capitalizadas por espartanos e não espartanos.

No capítulo 9, “The City of Theseus”, Hall trata de Atenas. Heródoto atribui a Clístenes a instituição da democracia em Atenas, ainda que, segundo Hall, o novo *demos* fosse baseado nas antigas *naukrariai*, o conselho dos 500 assumiu as funções do conselho criado por Sólon e a divisão de *phylai* por território seria anterior a Clístenes. As reformas

estabeleceram uma nova ordem necessária para enfraquecer as famílias aristocráticas que monopolizavam o poder político e teriam proporcionado ao corpo de cidadãos de Atenas um sentido de unidade. Isto seria uma continuação da política dos tiranos e não é claro como possa ser entendido como democrático no sentido moderno do termo. A instituição do ostracismo significou uma usurpação do direito da aristocracia de exilar oponentes e pode ser vista como a mais democrática das medidas atribuídas a Clístenes. A tradição atribui a Teseu a unificação da Ática, no entanto isto pode ter sido criado para justificar uma unificação anterior, não na Idade do Bronze, e sim e possivelmente na Idade Obscura. Recentemente afirma-se que a completa unificação da Ática (e não a democracia) motivou as reformas de Clístenes e que tais reformas representariam o capítulo final de um longo processo iniciado por Pisístrato que promoveu a padronização da justiça que proporcionou uma unidade entre campo e cidade, e a instituição de festivais religiosos comuns (sendo assim, a teoria dos santuários extraurbanos como delimitadores de limites territoriais parece fazer mais sentido no século VI a.C. que no VII a.C.). Atenas não apresenta um desenvolvimento atípico das demais cidades gregas até Pisístrato. No século VII a.C. apresenta a prosperidade e o desenvolvimento cerâmico de outros centros do continente mas pode ser considerada subdesenvolvida se comparada às cidades da costa da Ásia Menor. Possui a mesma situação de Esparta no século VI a.C. em relação às comunidades vistas como *perioikíai*. Seriam as ações atribuídas aos Pisístratos citadas acima que podem ser vistas como tentativas de criar uma consciência pan-ática e atenocêntrica. Foi apenas na última década do século VI a.C. que Atenas teria feito uma escolha em relação às comunidades vizinhas (*perioikíai*) que não foi feita por Esparta. E foi tal escolha que marcaria o início da fantástica ascensão de Atenas no século V a.C.

O capítulo 10, “Making a Living”, trata da economia. A Grécia se insere no debate entre primitivistas (Bücher) *versus* modernistas (Meyer). Os primeiros partem de um ponto de vista evolucionista e determinam diferenças estruturais entre as economias modernas e antigas, enquanto os modernistas alegam que há apenas uma diferença de escala produtiva. Outro debate se dá entre os formalistas que entendem a esfera econômica como separada das demais e os substantivistas liderados por Polanyi que afirmam que a economia está entrelaçada nas instituições políticas, sociais e culturais. A obra que mais influenciou o conhecimento sobre a economia grega foi *Economia Antiga* de Finley (1973) que afirmava

que o principal objetivo da economia antiga era a autossuficiência baseada na agricultura, enfatizando a diferença entre cidades consumidoras (antigas) e cidades produtoras (modernas) de Max Weber. Hall acredita que seja necessário estabelecer a diferença entre o camponês que vive de subsistência e cujo excedente serve para sustentar outras classes e o fazendeiro que visa o lucro. As pesquisas arqueológicas demonstram que no Arcaico são mais comuns as aldeias de camponeses do que as habitações isoladas de pequenos proprietários, o que torna mais fácil falar-se em sociedade camponesa do que em economia camponesa. A caracterização do Clássico de uma classe de proprietários vivendo do trabalho escravo é menos evidente para o Arcaico e a importância do comércio não pode ser subestimada.

No capítulo 11, “Imagining Greece”, o autor afirma que a identidade grega é um produto de Atenas no século V a.C. para promover a democracia. Refuta outras hipóteses afirmando a inexistência de santuários pan-helênicos nas áreas de colonização, o uso restrito do termo *barbaroi* na literatura arcaica, que *Hellas* e *Helenos* aparecem tardiamente nas fontes e primeiramente com uma conotação geográfica, e que o verbo *hellênizein* data do século V a.C. O consumo e os hábitos orientais seria uma demonstração de *status* das elites no Arcaico, e o combate aos mesmos faria parte do combate à aristocracia por parte do *demos* no final do século VI a.C.

No capítulo 12, “Writing the History of Archaic Greece”, o autor retoma as questões iniciais para lançar suas conclusões. Da mesma forma que fez com a Guerra Lelantina o autor questiona se a Segunda Guerra Sagrada pelo controle do santuário e oráculo de Delfos teria acontecido ou se seria uma invenção posterior. Para Hall é preciso ter-se sempre em mente que a transmissão da tradição no Arcaico servia para explicar e justificar o presente e não para relatar o que exatamente ocorrera no passado. Todavia isto não quer dizer que tais fatos não teriam acontecido, mas a evidência impossibilita a construção de uma narrativa e o Arcaico seria um período que possibilitaria trabalhar com processos sociais, econômicos e culturais a partir do final da Idade do Bronze e não com eventos. Neste sentido a arqueologia e a antropologia são duas contribuições importantes. Do mesmo modo que o autor amplia o início do período ele indica que o mesmo deve ser feito para o final alegando que as Guerras Médicas não marcam uma distinção tão clara entre o antes e o depois, e que alguns acontecimentos fundamentais (como as reformas de Clístenes)

aconteceram antes e outros posteriormente (embora o autor não explore ou aprofunde tal afirmação). A principal diferença entre o Arcaico e os períodos Micênico e Clássico é que estes últimos podem contar com fontes escritas contemporâneas e que, portanto, a metodologia empregada para estudar o Clássico não pode ser a mesma para o Arcaico. Outra dificuldade apontada pelo autor é isolar os desenvolvimentos do Arcaico do resto do Mediterrâneo. Por fim conclui que a história é mais uma prática do que sinônimo de passado.

O livro, segundo o próprio autor, é sobre a prática da história e especialmente sobre método. Baseia-se na ideia de que existe um passado que pode ser acessado, ainda que de forma incompleta, a partir de traços históricos e aceita que a escrita da história é uma tarefa literária que necessita de imaginação. Embora use muitas fontes primárias, a abordagem temporal do livro é muito grande e muitas teorias não são devidamente exploradas ou seus autores citados. Mas há uma contribuição substancial na incorporação da arqueologia como fonte essencial para o período ainda que não discuta as fontes arqueológicas em seus próprios termos e problemas. Além desta importante discussão metodológica uma contribuição fundamental e ao mesmo tempo intrigante da obra está no alargamento do período Arcaico que passaria a incluir a Idade Obscura. As pesquisas sobre a Id. Obscura na Grécia tiveram seu início em 1964 com a obra de V. Desbrough *The Last Mycenaneans and their Successors*, mas o grande desenvolvimento se deu na década de 70 com as três sínteses arqueológicas da escola britânica e fundamentais até hoje: A. Snodgrass *The Dark Age of Greece* (1971). V. Desborough *The Greek Dark Ages* (1972) J. N. Coldstream *Geometric Greece* (1977). Após quase duas décadas sem estudos a respeito do período, novas abordagens passaram a considerar o potencial do período no sentido da continuidade: C. Thomas e C. Connat *Citadel to City –Stade. The transformation of Greece, 1200-700 B.E.C.* (1999); O. Dickinson *The Aegean from Bronze Age to Iron Age. Continuity and change between the twelfth and eighth century BC* (2006). Hall deu um passo mais ousado e, por isso mesmo, mais interessante no sentido de se repensar a respeito da denominação do período uma vez que, segundo Snodgrass, os séculos XII ao VIII a.C. seriam obscuros mais pelo nosso desconhecimento dos seus desenvolvimentos do que por uma real involução cultural, social ou econômica. Mas, como o próprio título da obra de Hall indica, trata-se de uma proposta, uma das muitas leituras possíveis.